

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2009 - NÚMERO VINTE E CINCO:-----

Aos Dezasseis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezassete horas.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número oito, datado de quinze de Janeiro de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de quatrocentos e um mil quinhentos e sessenta e sete euros e noventa e um cêntimos.-----

Foi aprovada por unanimidade, a acta da reunião de Câmara de vinte e três de Dezembro do ano dois mil e oito.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira tomou a palavra para colocar algumas questões ao executivo. A primeira das quais prendia-se com a transferência de competências no âmbito da educação cuja formalização foi efectuada no acordo assinado em Setembro. Segundo o Vereador, 5 meses é um tempo bastante alargado e por isso esperava novidades, nomeadamente a chegada do protocolo definitivo para ser discutido em Reunião de Câmara. O Vereador diz-se conhecedor de alguma preocupação por parte de pessoal não docente das escolas em relação ao futuro devido precisamente a esta indefinição. O Vereador pretendia saber se há mais alguma novidade relativamente a este assunto e, relativamente à questão dos vencimentos desses funcionários, se estão completamente assegurados ou se haverá alguma indefinição.-----

Sobre a empresa Águas do Ribatejo, o Vereador disse que essa entidade ainda não iniciou actividade, apesar de essa eventualidade estar prevista em termos orçamentais. O Vereador pretendia também saber se há novidades relativamente a essa matéria e se está tudo a correr normalmente.-----

O Vereador continuou a sua intervenção levantando uma questão relacionada com o asfaltamento das ruas do Concelho, processo que está a decorrer. O Vereador pretendia saber qual é o plano de asfaltamento.-----

Por último, o Vereador perguntou o que se terá passado com o convite dirigido à Câmara por parte dos Bombeiros Municipais para o seu almoço convívio no passado Sábado, que não chegou aos Vereadores da oposição. O Vereador não sabe se o convite foi ou não dirigido a todo o Executivo.-----

Posto o que tomou a palavra o Vereador Mário Peixinho para perguntar qual o ponto de situação em relação ao terreno público junto ao mercado, onde se situam as bombas de gasolina da BP.-----

Outra questão prendia-se com o prédio junto ao Jardim Municipal, no cruzamento da Rua José Relvas com a Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes, onde funcionou os "Móveis Jardim", que foi recentemente remodelado e cujo telhado não cumpre o regulamento, uma vez que deixa cair água directamente para a via pública. Na opinião do Vereador, a autarquia devia officiar o proprietário para regularizar o edifício.-----

O Vereador pretendia também saber, se as massas betuminosas poderão ser colocadas em tempo chuvoso, como aconteceu, uma vez que tem ideia que isso seria prejudicial. Ainda sobre este assunto, o Vereador reparou que começaram a aplicação de massas betuminosas no início da Rua Pedro Álvares Cabral com descida acentuada para o chamado Vale de Arraiolos. O Vereador alertou para o facto de existir um erro técnico, que já não vem de agora, e que consiste num errado calculo de declive que origina um caudal de água que atravessa a rua quando as pessoas fazem lavagens ou chove intensamente, o que com o passar dos anos tem tendência a provocar buracos no asfalto. Segundo se apercebeu, essa questão não foi tida agora em conta e irá passar-se o mesmo que anteriormente.---

Passou a responder a Senhora Presidente, começando pela questão da transferência de competências, assumindo que de facto existe um grande hiato entre a cerimónia pública de assinatura do contracto e a efectivação do mesmo. Isso deve-se, no seu entender, a um contexto que não é particular de Alpiarça, mas de todo o país em geral, e que terá que ver com todos os acontecimentos e manifestações em torno do novo estatuto da carreira docente. No entanto, a Presidente é da opinião de que estas são questões de tão elevada importância que julga ser preferível que demorem mais e fiquem definidas correctamente do que menos e surjam problemas depois. Esta matéria em concreto tem duas vertentes distintas: o pessoal não docente e os edifícios. Sobre isto a Câmara de Alpiarça procurou analisar à lupa cada matéria e é isso que se está a concluir. A Presidente esclareceu que não tem sido fácil reunir com os responsáveis por este projecto, apesar de algumas reuniões já terem acontecido (como foi o caso da reunião na DREL ocorrida esta semana), mas o que é facto é que o atraso também tem sido benéfico na medida em que as questões são tratadas com maior pormenor. Existem dois pontos que a Autarquia considera fulcrais e dos quais não abdica, sendo esses pontos essencialmente que se encontram em cima da mesa. Sobretudo o ponto que tem que ver com o edifício de E.B. 2,3/S, que a Câmara não aceita receber com todos os problemas estruturais e de funcionamento que foram detectados. Mais esclareceu que o contrato prevê um montante de manutenção a transferir para o município, mas que não explicita a situação em que ele é entregue. Ainda no que tem que ver com o pessoal não

docente, ponto que foi debatido tendo em vista não a questão do vencimento, mas dos subsídios de refeição, etc. A Presidente concluiu dizendo que finalmente julga que na próxima reunião de Câmara poderá trazer o contracto de execução devidamente rectificado, acrescentando que o caso de Alpiarça é especial porque Alpiarça é das poucas localidades onde a Escola é não só E.B.2,3, mas também secundária, e nessa medida a transferência de competências especializa-se. E precisamente por isso o município tem a obrigação de se salvaguardar. Existe inclusivamente um ponto específico no documento que prevê nestes casos a elaboração de um contrato de execução específico. Assim, a Presidente conta poder trazer o documento já na próxima reunião, até porque vai reunir com o Agrupamento de Escolas já nesta semana exactamente para o concluir no que respeita ao pessoal não docente.-----

O Vereador Mário Pereira pediu ainda um esclarecimento sobre a questão dos vencimentos. Ao que a Presidente respondeu que esse é um assunto que estava já previsto para Janeiro; no caso, a Autarquia receberia as verbas e efectuaria o pagamento aos funcionários.-----

Já em relação às Águas do Ribatejo, a Senhora Presidente referiu que a indicação que o executivo tem por parte da Comunidade Intermunicipal é que a implementação deste projecto terá lugar no próximo mês de Março.-----

Em relação ao convite dos bombeiros à Câmara, a Presidente explicou que tem de ir ver se realmente existe algum documento que tenha dado entrada na Câmara. Esclareceu que recebeu uma chamada telefónica dois dias antes do evento por parte do Comandante a anunciar a festa. Nessa chamada telefónica a Presidente terá dito que seria necessário formalizar o convite e que portanto iria ver se essa formalização teria dado entrada.-----

Sobre o caso das bombas de gasolina, a Senhora Presidente levou uma informação sobre o Largo Dr. José António Simões, que passou a ler e que se transcreve:-----

“ No final de Dezembro de 2008, o Município de Alpiarça, através de um anúncio publicado no Jornal “Voz de Alpiarça”, tomou conhecimento da outorga de escritura de justificação notarial, realizada no Cartório Notarial Tiago Miguel Berrincha Travassos Relva, em Santarém, referente a um alegado Prédio Urbano destinado a armazenagem e venda de combustíveis, com a área de cento e quarenta vírgula quarenta metros quadrados, sito na Estrada Nacional 118, Km 81,50, freguesia e concelho de Alpiarça, o qual se encontra omissa na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça, e foi inscrito, em 2008, na respectiva matriz em nome do justificante marido.-----

Na referida escritura são justificantes António Chamusca Faustino e mulher, Clarisse Sartelo Delares.-----

Dada a situação do alegado prédio, Km 81,5 da EN118, Rua José Relvas, facilmente se identificou o alegado prédio urbano, como sendo aquele onde se encontram instaladas as bombas de combustível da BP.-----

Ora, como é do conhecimento do Município de dos munícipes, as bombas de combustível da BP encontram-se instaladas em pleno Largo Dr. José António Simões, o qual é um bem do domínio público.-----

De imediato, e apesar do período de festas, a Câmara entrou em contacto com o Gabinete Jurídico, solicitando que actuasse em conformidade, com vista a impedir a aquisição, por parte dos justificantes, do Largo Dr. José António Simões.-----

Verificada a legislação, apurou-se poder a escritura de justificação notarial ser impugnada, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do anúncio, ou seja, até 14 de Janeiro de 2009.-----

Após recolha da documentação necessária, foi intentada, em 8 de Janeiro de 2009, no Tribunal Judicial de Almeirim, acção de impugnação da escritura de justificação, onde se requereu que fosse declarada nula a escritura de justificação notarial e que o Largo Dr. José António Simões fosse declarado bem do domínio público. A fim de evitar a possibilidade de os justificantes procederem ao registo desta escritura requereu-se, ainda, a imediata comunicação ao Notário, da impugnação à escritura de justificação.-----

A referida comunicação foi efectuada pelo Tribunal Judicial de Almeirim, em 14 de Janeiro de 2009, impedindo, deste modo, que seja emitida certidão da escritura de justificação notarial e, conseqüentemente, seja efectuado o registo predial do alegado prédio urbano a favor de António Chamusca Faustino e mulher, Clarisse Sartelo Delares.-----

A Senhora Presidente acrescentou que foram recolhidos todos os dados possíveis, desde fotografias, testemunhos de pessoas que estão disponíveis para prestar o seu testemunho, etc.-----

Após o que tomou a palavra o Vereador Ferreirinha para responder às questões relacionadas com as suas áreas de intervenção. Começando pela questão dos asfaltamentos, o Vereador esclareceu que as ruas que se estão a asfaltar têm que ver com o fecho de uma candidatura ao Quadro Comunitário anterior, que teve a designação de Valorização Urbana 3.ª Fase, e que contemplava além da Rua Conselheiro Leal, que foi remodelada na íntegra com infra-estruturas, asfaltamento e passeios, a aplicação de uma camada de desgaste em cinco ou seis arruamentos que estavam na altura identificados pela fiscalização como estando piores, bem como a aplicação de umas lamas asfálticas. Sendo que essas cinco ou seis ruas são as que estão agora a ficar completas. Trata-se das Ruas António da Silva Barroso, Joaquim Nunes Ferreira, Pedro Almendro, Visconde Barroso, João Afonso e De Os Lusíadas. São obras que foram objecto de concurso público e foram adjudicadas à empresa Mendes Transportes. A Autarquia tem também outra candidatura que se chama "Mobilidade Territorial" que também contempla dois arruamentos, pelo menos: a Rua José Peralta, no Frade de Cima, que já tem esgotos e na qual se procederá à colocação de lancis, e uma estrada de ligação que ainda não tem projecto, que contempla a ligação do Frade de Baixo à estrada da Gouxá. O que o

Vereador não conseguiu precisar é se ambos os projectos são para 2009 ou se eventualmente algum passará para 2010, uma vez que se teve de fasear o QREN até 2013. Depois, existem as outras obras que serão efectuadas com recursos próprios. No caso do Frade de Cima, existem outras duas ruas dentro do perímetro urbano que faltam asfaltar que já têm água também e que levarão agora lancis, que é a Rua de S. Marinho e a Rua Norton de Matos. O Vereador lembrou-se ainda, para 2009, por exemplo da reparação da estrada rural que vai para a Lagoalva, entre outras.-----

Sobre a questão da aplicação de massas betuminosas com tempo chuvoso, o Vereador disse que realmente existe essa noção de que não se devem aplicar com tempo chuvoso, que não é totalmente descabida, mas na verdade não é verdadeira. Com chuvas intensas sim, porque pode dar-se o caso de arrasto de inertes, mas em situação de alguma humidade até favorece a aplicação. O Vereador explicou que no Verão a situação do desgaste que é colmatada com os cilindros e os carros a passar é mais rápida, mas com a desvantagem de o alcatrão se colar aos pneus. No Inverno, pelo contrário, é mais lenta, mas a colmatação é feita na mesma.-----

Em relação à Rua Pedro Álvares Cabral, o Vereador reconheceu que realmente tem uma situação de declive acentuado. O Vereador disse que ia verificar o que se passava e o que podia ser feito para corrigir o declive.-----

Já no que toca à questão do prédio, o Vereador esclareceu que o novo proprietário não tem tido a atitude mais correcta, e acrescentou que, o indivíduo apresentou uma proposta na Câmara que depois não correspondeu à realização. Na sequência disso, a Autarquia fez a respectiva contra-ordenação e exigiu a apresentação de projecto. Foi-lhe ainda solicitado a retirada dos andaimes da via pública. O Vereador declarou que tinha de verificar se o projecto já tinha dado entrada e reconheceu que essa situação tem de ser efectivamente colmatada.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

SECÇÃO TAXAS E LICENÇAS:-----

- Constituição de Fundos de Maneio – Proposta 1PCA/2009, datada de 12 de Janeiro de 2009.-----

-----CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO DE 2009-----

Nos termos dos Artigos n.ºs 33º e 34º da norma do CONTROLO INTERNO DO POCAL, aprovado por deliberação tomada em reunião de câmara de oito de Maio de dois mil e um, proponho a aprovação dos FUNDOS DE MANEIO para o ano de dois mil e nove, a seguir discriminados, visando o pagamento de despesas urgentes e inadiáveis:-----

SECRETARIA:-----

No montante global de quinhentos e cinquenta euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes e o Sr. Vereador José Carlos

Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização a funcionária Filipa Isabel Carolino Neto Marques, Assistente Administrativa.-----

As rubricas de classificação orçamental são as seguintes:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

01.02/02.02.25 – Aquisição Serviços – Outros, cem euros;-----

02/02.01.08 ----- Material de Escritório, cinquenta euros; -----

02/02.02.09 ----- Comunicações, cento e vinte cinco euros;-----

02/02.02.15 ----- Formação, cem euros;-----

04/02.02.09 ----- Comunicações, cento e vinte cinco euros;-----

04/02.02.25 ----- Aquisição Serviços – Outros – cinquenta euros.-----

PARQUE DE MÁQUINAS:-----

No montante global de três mil euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de Primeira Classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

As rubricas de classificação orçamental são as seguintes:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

01.02/02.02.05 – Aquisição Serviços, Outros cento e cinquenta euros;-----

03/02.01.12 ----- Material Transportes – Peças, mil euros;-----

03/02.01.14 ----- Outro Material - Peças – cem euros;-----

03/02.01.21 ----- Aquisição Bens – outros, cem euros;-----

03/02.02.03 ----- Conservação Bens, duzentos e cinquenta euros;-----

03/02.02.25 ----- Aquisição de Serviços – outros, duzentos euros;-----

04/02.01.12 ----- Material Transportes – Peças, quatrocentos euros;-----

04/02.01.14 ----- Outro Material – Peças, cem euros;-----

04/02.01.21 ----- Aquisição Bens – outros, cem euros;-----

04/02.02.25 ----- Aquisição de Serviços – outros, duzentos euros;-----

05/02.02.25 ----- Aquisição de Serviços – outros, duzentos euros;-----

05/02.01.12 ----- Material Transportes – Peças, cem euros;-----

05/02.01.21 ----- Aquisição Bens – outros, cem euros;-----

BIBLIOTECA:-----

No montante global de cento e cinquenta euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico de Informática Grau 1, Nível 1, Rui Manuel Agostinho Gaspar.-----

A rubrica de classificação orçamental é a seguinte:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

04/02.01.21 – Aquisição de bens – outros, cento e cinquenta euros;-----

PORTAGENS:-----

No montante de cem euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo

responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de Primeira Classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

A rubrica de classificação orçamental é a seguinte:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

01.02/02.02.13 – Deslocações e Estadas, cem euros.-----

BOMBEIROS:-----

No montante global de trezentos e cinquenta euros, em nome de Comandante do Corpo de Bombeiros de Alpiarça, sendo o mesmo responsável pela sua posse e utilização.-----

As rubricas de classificação orçamental são as seguintes:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

05/02.01.21 – Aquisição Bens – Outros, duzentos e cinquenta euros;-----

05/02.02.25 – Aquisição Serviços – Outros, cem euros;-----

CUSTAS JUDICIAIS:-----

No montante de quinhentos euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de Primeira Classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

A rubrica de classificação orçamental é a seguinte:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

01.02/02.02.25 – Aquisição Serviços, quinhentos euros;-----

REGISTOS PREDIAIS:-----

No montante de quinhentos euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização a Chefe de Secção de Património, Compras e Aprovisionamento, Aida Piscalho Caetano Duarte Pereira.-

A rubrica de classificação orçamental é a seguinte:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

01.02/02.02.25 – Aquisição Serviços, Outros, quinhentos euros;-----

CASA-MUSEU DOS PATUDOS:-----

No montante global de trezentos euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de Primeira Classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

As rubricas de classificação orçamental são as seguintes:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

04/02.01.21 – Aquisição Bens – Outros, cento e cinquenta euros;-----

04/02.02.25 – Aquisição Serviços – Outros, cento e cinquenta euros.-----

CANTINAS:-----

No montante global de mil e quinhentos euros, em nome da Sra. Presidente da Câmara Municipal, Vanda Cristina Lopes Nunes, do Sr. Vereador José Carlos Viegas

Ferreirinha, sendo responsável pela sua posse e utilização o Técnico Profissional de Primeira Classe, Bruno Alexandre Carvalho Nalha.-----

As rubricas de classificação orçamental são as seguintes:-----

CLASSIFICAÇÃO:-----

03/02.01.06 – Alimentação-géneros para confeccionar, quinhentos euros.-----

04/02.01.06 – Alimentação-géneros para confeccionar, mil euros.-----

A reconstituição dos fundos de maneo será mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas e a sua reposição ocorrerá, obrigatoriamente, até ao último dia de cada ano.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a proposta de constituição de Fundos de Maneo para 2009.-----

VÁRIOS:-----

- Assembleia Municipal do Entroncamento - Envio para conhecimento de moção apresentada na sessão ordinária, do dia 20/12/2008, na Assembleia Municipal do Entroncamento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

- Resiurb - Alteração dos Estatutos da Ecolezíria E.I.M-----

Deliberado por unanimidade concordar com os estatutos propostos para a Ecolezíria E.I.M.-----

- Grupo Dadores Benévolos de Sangue de Alpiarça - Deliberação de Câmara de 23/12/2008.-----

Tomou-se conhecimento do referido ofício.-----

- Grupo Paroquial da Cáritas – Agradecimento.-----

Tomou-se conhecimento do agradecimento enviado pela Cáritas.-----

- Programa "Pagar a Tempo e Horas" - Proposta 2PCA/2009, que se transcreve:-----

Considerando que:-----

- A Resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008, de 27 de Novembro, aprovou o programa "Pagamento a Tempo e Horas" criado com o objectivo de regularizar extraordinariamente as dividas de curto prazo dos Municípios e Regiões Autónomas;-----
- A linha de financiamento a médio e longo prazo, prevista por esta RCM, pressupõe uma tranche do financiamento a ser concedido por uma instituição de crédito, a ser seleccionada pelo Município, e outra pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças – DGTF;-----
- A candidatura a este programa pressupõe a apresentação de uma ficha técnica do empréstimo a conceder pela instituição de crédito seleccionada;--
- Foram consultadas cinco entidades bancárias e optou-se pela proposta mais vantajosa da Caixa Geral de Depósitos.-----

Propõe-se:-----

- A ratificação pelo Executivo Camarário da autorização dos procedimentos para esta candidatura bem como a da contratação dos empréstimos, no caso de aprovação, até aos montantes de € 1.252.000,00 a ser concedido pela instituição bancária, e € 834.913,00 pela DGTF, sempre na proporção de 60% e 40% respectivamente.-----
- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

A Presidente leu a referida proposta onde se propõe a ratificação do Programa em epígrafe.-----

Tomou a palavra o Vereador Mário Pereira lamentando o facto de a listagem das entidades com os respectivos valores apresentados não estarem anexos ao documento que lhes foi entregue, bem como a lista dos fornecedores, os prazos e o montante da dívida. O Vereador afirmou ter lido o Programa e segundo percebeu o prazo de pagamento é de 5 anos podendo passar para o dobro. Perguntou em seguida se esse prazo poderia ser menor. Ao que respondeu afirmativamente a Dr.^a Maria do Céu, Chefe de Divisão, acrescentando que isso não seria proveitoso uma vez que se reflectiria em prestações mensais maiores, e daí o optar-se pelos prazos máximos. Esclareceu ainda que as entidades contactadas, foram: a Caixa Geral de Depósitos, BPI, BES, Millenium-BCP e Caixa de Crédito Agrícola. Nem o BPI, nem o BES ou Caixa de Crédito Agrícola tinham possibilidades para participar nesse tipo de financiamento. Em relação às duas respostas positivas, as condições eram similares entre os dois, com a diferença de que o SPREAD na Caixa é de 1.64 e no Millenium era de 2.25, havendo ainda uma outra comissão de 0.125 que não existe na Caixa Geral de Depósitos. Apenas nesses pontos as condições da Caixa eram as mais vantajosas.-----

O Vereador Luís Garrotes perguntou qual era a taxa de referência. Pelo que a Dr.^a Maria de Céu respondeu tratar-se da taxa Euribor a três meses, tanto numa proposta como na outra, sendo que por isso mesmo só variava os SPREAD's e as comissões. E por essa razão optou-se pela Caixa Geral de Depósitos.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a ratificação da referida proposta e conduzir o assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Os Vereadores da CDU apresentaram Declaração de Voto: "Os Vereadores da CDU votaram favoravelmente a esta proposta de candidatura à contratação de um empréstimo ao abrigo da resolução do Conselho de Ministros nº 191-A/2008 por considerarem que, apesar de tal empréstimo contribuir grandemente para aumentar a dívida da Câmara a instituições de crédito remetendo assim esse montante e os respectivos encargos para além dos próximos mandatos, esta possibilidade pode ser decisiva na viabilização financeira de muitas empresas a quem a Câmara deve fornecimentos e serviços.-----

Os Vereadores consideram também que o elevado valor acumulado das dívidas a fornecedores é reveladora de uma gestão pouco rigorosa das finanças municipais".-

- Bar da Barragem – Informação Jurídica, datada de 14 de Janeiro de 2009, relativa à elaboração da hasta pública destinada à concessão da exploração do Bar e Esplanada da Barragem.-----

A Presidente interveio para explicar que é objectivo da autarquia arrendar o Bar da Barragem e procurar encontrar um procedimento que, respeitando todos os princípios e a legislação em vigor, pudesse ser o mais favorável para o município. A Presidente leu em seguida a informação jurídica de que previamente fez munir os vereadores. Para a finalidade a que se destina, o documento tem prevista uma minuta dos termos da hasta pública e a proposta de contrato de arrendamento.-----

Com base nisso a Presidente analisou algumas questões com os vereadores. Uma delas tem que ver com a preocupação com a hasta pública, que pode limitar-se à questão do valor licitado e portanto a Câmara não poderá recusar, mesmo verificando que são pessoas que não trazem garantias ou mais valias, a proposta mais elevada. Por essa razão a Presidente pediu ao gabinete jurídico que fizesse uma nova informação, que se prendia com o facto se poder avançar com a proposta ou por hasta pública ou por concurso. Sendo que no concurso a Câmara pode estreitar um pouco mais as suas pretensões, isto é, em concurso pode-se definir critérios de escolha que não passem apenas pelo valor de licitação.-----

Em relação ao tempo de arrendamento, a Presidente, em face da experiência adquirida em outras ocasiões, propôs 2 anos renováveis. Entende que a câmara ficará muito mais salvaguardada do que se se optasse por arrendamento de 5 anos. Acrescentou que, uma vez que o espaço onde o bar se localiza está em más condições, a Câmara fará obras no sentido de dotar aquele espaço da dignidade adequada para o poder arrendar e isso faria com que o proponente só necessitasse de fazer obras de decoração se assim o entendesse.-----

O Vereador Mário Peixinho interveio perguntando se se optar pelo concurso público, na altura da abertura das propostas não haverá oportunidade a novas propostas.---

O Vereador Ferreirinha explicou que em concurso público a oferta vem selada e ganha a que a Câmara considerar melhor segundo os critérios que escolheu. A hasta pública é constituída por lances que podem ser rebatidos por contra-propostas mais altas.-----

A Presidente esclareceu que o problema deriva da pressa que há em resolver este assunto que é de máxima importância para o Concelho, em contraste com a minúcia com que o assunto deve ser tratado, de modo que se possa definir todos os critérios que sejam os mais benéficos para o Concelho. Um dos critérios para a atribuição do Bar da Barragem poderia ser, por exemplo, um conjunto de intenções devidamente fundamentadas sobre o que o proponente pretende fazer no bar. Outra questão de que a Presidente discorda tem que ver com a fiança que está prevista no documento, que devia ser substituído por uma garantia bancária.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o concurso público como procedimento mais adequado. Concordar com as cláusulas contratuais transcritas na minuta de contrato, com as rectificações propostas e avançar com o procedimento na globalidade.-----

ZONA INDUSTRIAL:-----

- Requerimento Alpinternacional – Sociedade de Transportes Internacionais e Nacionais, Lda, que pretende vender o lote 105 da Zona Industrial à empresa Joãosucatas – Transportes de Sucatas, Lda, para tal solicita que a Câmara prescindir do direito de preferência.-----

Deliberado por unanimidade prescindir do direito de preferência, cumprindo-se o Regulamento da Zona Industrial.-----

- Requerimento da Sociedade Transportes António Frade, Lda, a solicitar que a Câmara se pronuncie relativamente ao direito de preferência. Informação Jurídica datada de 17/12/2008.-----

Deliberado por unanimidade prescindir do direito de preferência, cumprindo-se o Regulamento da Zona Industrial, desde que devidamente garantido que os elementos apresentados (certidão) estão conformes.-----

OBRAS:-----

- Ponte sobre a Vala de Alpiarça – Zona da Lagoalva de Cima – Abertura de novo procedimento. Informação interna nº 23/2009 de 13 de Janeiro, do Serviço Técnico de Obras.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou o assunto explicando que como as propostas apresentadas foram superiores às previstas no procedimento, o mesmo teve de ser anulado. O projecto foi reformulado e abriu-se, então, novo procedimento.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o procedimento proposto, bem como com a proposta de honorários.-----

- Abertura de Procedimento para Remodelação e Beneficiação do Museu de Alpiarça - Casa dos Patudos.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a abertura de procedimento para remodelação e beneficiação do Museu de Alpiarça – Casa dos Patudos.-----

ÁGUAS:-----

- Manuel Galvão Abreu - pedido de pagamento de facturas de água em 10 prestações.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em 10 prestações mensais.-----

- Maria Guilhermina Freitas Pedrosa B. Carneiro - Solicitação de pagamento de ramal em seis prestações. Informação nº1/2009 do Serviço de Águas.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o pagamento em seis prestações mensais.-----

INFORMAÇÕES:-----

Não houve intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Presidente da Câmara, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----

